



Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

Letras, Linguística e Artes: Perspectivas Críticas e Teóricas 2

Atena
Editora
Ano 2019

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

Letras, Linguística e Artes: Perspectivas
Críticas e Teóricas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L649	Letras, linguística e artes: perspectivas críticas e teóricas 2 [recurso eletrônico] / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Letras, Linguística e Artes: Perspectivas Críticas e Teóricas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-378-1 DOI 10.22533/at.ed.781190506 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Artes. 3. Letras. 4. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de. II. Série. CDD 407
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Uma grande partilha de saberes é revelada neste livro aos diversos leitores e interlocutores desta obra. Todos os trabalhos que dão formas a este livro partem de correntes teóricas e práticas em que os autores se identificam, além disso, esta coletânea revela e mostra como as múltiplas motivações cooperam para a ampliação dos conhecimentos a serem adquiridos pelos sujeitos que aceitam o desafio de desbravar cada estética e poética textual.

Neste segundo volume da coletânea, a diversidade de temas tratados insere-se na tríade: *letras, linguística e artes*. São tratados neste livro quarenta e um trabalhos de variados autores que admitem a necessidade de realização e amostragem da pesquisa científica, porque mesmo alguns dizendo que no Brasil não se produzem conhecimentos, mostramos que produzimos sim, produzimos muita ciência.

No primeiro capítulo, os autores demonstram a importância cultural imaterial existente nos mitos e lendas da cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão. No segundo capítulo, alguns resultados são apresentados sobre a realização do procedimento sequência didática a partir de um gênero textual. No terceiro capítulo são compreendidos os diversos aspectos na obtenção das noções gerais do processo administrativo fiscal.

No quarto capítulo, os autores problematizam reflexões sobre as polêmicas existentes entre os conceitos de normalidade e anormalidade. No quinto capítulo, a autora analisa o conto *A Igreja do Diabo*, de Machado de Assis, sob o viés do Discurso Religioso. No sexto capítulo há uma exposição de uma pesquisa cujo tema foi a aprendizagem da língua inglesa com o uso de jogos pedagógicos como estratégias de motivação para o aluno aprender um idioma estrangeiro.

No sétimo capítulo, os autores relatam uma experiência desenvolvida no Ensino Médio Integrado do Campus Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal do Tocantins. No oitavo capítulo o ensino de língua inglesa para crianças é tomado como ponto de reflexão. No nono capítulo, a autora apresenta resultados parciais de entrevistas referentes ao ensino de língua italiana para a terceira idade.

No décimo capítulo, os autores relatam algumas experiências vividas durante um projeto de ensino de língua italiana voltado ao público infantil. No décimo primeiro capítulo, as autoras apresentam os aspectos referentes ao funcionamento do cérebro humano no ato de ler e os aspectos cognitivos envolvidos na leitura. No décimo segundo capítulo, a autora analisa como os discursos médicos sobre a loucura e as instituições estatais à enfermidade psíquica se destoam da descrição dos internos a respeito da experiência da insanidade e com o respectivo aparato clínico e institucional.

No décimo terceiro capítulo, as autoras discutem a inclusão do internetês como prática escolar em uma tentativa de aproximação do ensino da língua portuguesa com a realidade dos alunos. O autor do décimo quarto capítulo apresenta e sugere algumas estratégias de ensino no contexto da Educação de Jovens e Adultos, reiterando que

não devem ser seguidas como fórmulas infalíveis, mas como formas de problematizar as práticas de professores. No décimo quinto capítulo é discorrido sobre a conceituação de reificação do sujeito, concebida pelo filósofo alemão Axel Honneth.

No décimo sexto capítulo, os autores discutem como o Programa Inglês sem Fronteiras, na Universidade Federal de Sergipe tem contribuído para a formação de professores de língua inglesa. No décimo sétimo capítulo, as autoras sistematizam as relações musicais e sociais de um grupo de jovens no decorrer de encontros de musicoterapia, utilizando-se da pesquisa qualitativa. No décimo oitavo capítulo, as autoras analisam e investigam os efeitos de sentidos dos discursos sobre a inclusão do sujeito surdo no ensino regular.

No décimo nono capítulo é discutido a subutilização do texto poético em salas de aula do Ensino Fundamental. No vigésimo capítulo, as autoras apresentam uma análise sobre a organização pedagógica do trabalho com Educação Física na Educação Infantil do Campo, identificando o lugar que ocupam os jogos e as brincadeiras no universo escolar das crianças do campo. No vigésimo primeiro capítulo, o autor averigua a incidência de textos sagrados das tradições monoteístas do Judaísmo, do Cristianismo e do Islamismo no romance *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar.

No vigésimo segundo capítulo são propostas algumas reflexões sobre a atuação do psicólogo dentro do universo escolar. No vigésimo terceiro capítulo, os autores estabelecem ligação entre a arte urbana e o geoprocessamento, com a finalidade de explorar a pluralidade de leituras do espaço urbano do município do Rio Grande – RS. No vigésimo quarto, a autora reflete sobre o trabalho com a produção, correção e reescrita textual, decorrente de um processo de Formação Continuada de ações colaborativas promovidas pela pesquisadora.

No vigésimo quinto capítulo, a autora apresenta resultados de uma pesquisa que problematiza a maneira como uma coletânea de material didático de língua inglesa para o ensino médio é investigada. No vigésimo sexto capítulo, a autora explora o possível auxílio que os dicionários de sinônimos poderiam oferecer a estudantes de espanhol de níveis mais avançados que necessitam executar tarefas pedagógicas de produção. No vigésimo sétimo capítulo um projeto de extensão e todas as suas etapas são apresentados pelas autoras.

No vigésimo oitavo capítulo, as autoras refletem as relações entre linguagem e poder por meio de análises de posicionamentos dos internautas em notícias veiculadas em sites e postagens em mídias sociais que mostrem a influência do uso da norma culta e debates sobre a língua. No vigésimo nono capítulo, a autora problematiza a representação sobre o indígena como cultura minoritária constituída pela esfera jurídico-administrativa cujo eco discursivo repercute na esfera educacional brasileira. No trigésimo capítulo, os autores discorrem sobre as noções de sentidos no Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, abordando questões de sentido e referência de um sistema linguístico.

No trigésimo primeiro capítulo, a autora desenvolve a ação pedagógica adotando

uma postura interdisciplinar e de trabalho em equipe, construindo competências e saberes educacionais, além de colaborar com a formação musical dos integrantes do grupo. No trigésimo segundo capítulo, os autores estudam o sofrimento amoroso e a afinidade do amor nas canções brasileiras passionais separando-as em duas subcategorias. No trigésimo terceiro capítulo, os autores colocam em discussão a linguagem audiovisual da série animada estadunidense de humor *South Park*, no tratamento da religião islâmica como forma de desobediência e resistência ao chamado radicalismo religioso do grupo Estado Islâmico.

No trigésimo quarto capítulo, os autores propõem uma nova sequência didática para trabalhar o gênero textual cardápio nas aulas de língua inglesa. No trigésimo quinto capítulo, os autores apresentam uma leitura do romance juvenil *O Fazedor de Velhos*, de Rodrigo Lacerda, alisando os elementos estruturais da narrativa, como a configuração da personagem principal, do espaço e do narrador. No trigésimo sexto capítulo, os autores investigam o romance *Rua do Siriri*, de Amando Fontes, com a finalidade de elucidar como as mulheres viviam durante o período histórico discutido no texto literário.

No trigésimo sétimo capítulo, as autoras investigam os estereótipos veiculados pelo discurso midiático referente à ocupação da mesa do senado durante a Reforma Trabalhista, 2017. No trigésimo oitavo capítulo, a autora verifica como os livros didáticos de Língua Portuguesa do segundo ciclo dos anos iniciais do ensino fundamental indicados pelo Ministério da Educação, por meio do Plano Nacional do Livro Didático, 2016, apresentam e exploram a variação linguística. No trigésimo nono capítulo, a autora apresenta um estudo investigativo à luz dos vínculos linguístico-culturais e identitários de professores de língua inglesa.

No quadragésimo capítulo, a autora analisa a natureza de contexto a partir de dados obtidos em grupos de leitura compartilhada sob uma perspectiva ecológica. E, por fim, no quadragésimo primeiro capítulo, o contexto da Educação Infantil na relação com a formação de professores representa o foco de discussão, partindo, sobretudo da cultura corporal nesse contexto de ensino.

Desejamos aos leitores um proveitoso passeio pelas reflexões inseridas em cada capítulo e que as teorias e as práticas sejam capazes de problematizar a construção de novos conhecimentos aos interlocutores que queiram desvendar esta coletânea.

Ivan Vale de Sousa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MEMORIA CULTURAL: OS MITOS E AS LENDAS QUE ENCANTAM A COMUNIDADE E VISITANTES DE BARREIRINHAS – MA	
Fernanda Carvalho Brito	
Monique de Oliveira Serra	
Michelle de Sousa Bahury	
Luciano Torres Tricário	
DOI 10.22533/at.ed.7811905061	
CAPÍTULO 2	13
MINHA TERRA TEM HISTÓRIAS-O GÊNERO CORDEL NO ALEGRE	
Aleide Josse Rodrigues Ataide Costa	
Rosilene Alves de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.7811905062	
CAPÍTULO 3	28
NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	
Marina de Alcântara Alencar	
Priscila Francisco da Silva	
Marcondes da Silveira Figueiredo Junior	
DOI 10.22533/at.ed.7811905063	
CAPÍTULO 4	36
NORMALIDADE E ANORMALIDADE	
DISCUTINDO ENQUADRAMENTOS COMPORTAMENTAIS	
Paulo de Tasso M. de Alexandria Junior	
Jéssica Gontijo Nunes	
Juliane Hirosse Malizia	
Mariana Araújo Bichuete Cavalcante	
Millais Lariny Soares Rippel	
DOI 10.22533/at.ed.7811905064	
CAPÍTULO 5	52
O DISCURSO RELIGIOSO NO CONTO A IGREJA DO DIABO, DE MACHADO DE ASSIS: INTERTEXTUALIDADE ENTRE BÍBLIA E LITERATURA	
Priscilla Cruz Delfino	
DOI 10.22533/at.ed.7811905065	
CAPÍTULO 6	69
O ENSINO DE INGLÊS POR MEIO DE JOGOS PEDAGÓGICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO ATIVO DO ALUNO COM A APRENDIZAGEM DE UM NOVO IDIOMA	
Claudecy Campos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.7811905066	

CAPÍTULO 7	85
O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA DE FORMA INTERDISCIPLINAR, INTERCULTURAL E LÚDICA: ESPANGLISH, UM EXEMPLO DE INOVAÇÃO	
Graziani França Claudino de Anicézio Márcia Sepúlveda do Vale Roberto Lima Sales	
DOI 10.22533/at.ed.7811905067	
CAPÍTULO 8	95
O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA CRIANÇAS NO PIBID: APRENDIZADOS E EXPERIÊNCIAS	
Anna Clara de Oliveira Carling Riscieli Dallagnol	
DOI 10.22533/at.ed.7811905068	
CAPÍTULO 9	104
O ENSINO DE LÍNGUA ITALIANA PARA A TERCEIRA IDADE	
Wânia Cristiane Beloni	
DOI 10.22533/at.ed.7811905069	
CAPÍTULO 10	115
O ENSINO DE LÍNGUA ITALIANA PARA CRIANÇAS	
Alessandra Camila Santi Guarda Gabriel Bonatto Roani Wânia Cristiane Beloni	
DOI 10.22533/at.ed.78119050610	
CAPÍTULO 11	125
O FUNCIONAMENTO DO CÉREBRO E OS PROCESSOS COGNITIVOS ENVOLVIDOS NO ATO DE LER NUMA PERSPECTIVA DA NEUROCIÊNCIA	
Silvana Lúcia Costabeber Guerino Janaína Pereira Pretto Carlesso	
DOI 10.22533/at.ed.78119050611	
CAPÍTULO 12	132
O HOSPÍCIO EM DISPUTA: O DISCURSO MÉDICO E A LITERATURA BARRETEANA	
Roberta Teixeira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.78119050612	
CAPÍTULO 13	147
O INTERNETÊS NA ESCOLA	
Lidiane da Silva Alves Marta Marte Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.78119050613	
CAPÍTULO 14	155
ESTRATÉGIAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Ivan Vale de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.78119050614	

CAPÍTULO 15	164
O NÃO RECONHECIMENTO DO OUTRO E A EDUCAÇÃO: A REIFICAÇÃO DE AXEL HONNETH	
Caroline Mitidieri Selvero	
DOI 10.22533/at.ed.78119050615	
CAPÍTULO 16	175
O PROGRAMA INGLÊS SEM FRONTEIRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE INGLÊS: LEGISLAÇÃO E PERCEPÇÕES	
Luana Inês Alves Santos	
Sérgio Murilo Fontes de Oliveira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.78119050616	
CAPÍTULO 17	181
O QUE EXPRESSAM OS JOVENS QUANDO CRIAM MÚSICA: A MUSICOTERAPIA MEDIANDO INTERAÇÕES	
Neide A. Silva Gomes	
Rosemyriam Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.78119050617	
CAPÍTULO 18	195
O SUJEITO SURDO NO ENSINO REGULAR: ANÁLISE DOS DISCURSOS DA LEI 10.436 E DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Maria Andreia Lopes da Silva	
Marilza Nunes de A. Nascimento	
Claudete Cameschi de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.78119050618	
CAPÍTULO 19	205
O TEXTO POÉTICO EM SALA DE AULA: ESSE BEM INCOMPREENSÍVEL	
Valdenides Cabral de Araújo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.78119050619	
CAPÍTULO 20	218
O TRABALHO PEDAGÓGICO COM JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO	
Elizabeth Pereira Barbosa	
Luciana Freitas de Oliveira Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.78119050620	
CAPÍTULO 21	230
OS PALIMPSESTOS SAGRADOS DA <i>LAVOURA ARCAICA</i>	
Raphael Bessa Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050621	
CAPÍTULO 22	243
PENSANDO O FAZER DA PSICOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR	
Luiza Bäumer Mendes	
Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.78119050622	

CAPÍTULO 23	249
POÉTICAS URBANAS: CARTOGRAFIA DE GRAFFITI EM RIO GRANDE/RS	
Bianca de Oliveira Lempek De-Zotti Christiano Piccioni Toralles Raquel Andrade Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050623	
CAPÍTULO 24	262
PRÁTICAS DIALÓGICAS DE LINGUAGEM: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO EM SALA DE AULA COM OS COMANDOS DE PRODUÇÃO TEXTUAL COMO ATIVIDADE DE INTERAÇÃO	
Dayse Grassi Bernardon	
DOI 10.22533/at.ed.78119050624	
CAPÍTULO 25	274
PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES DE LI	
Silvelena Cosmo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.78119050625	
CAPÍTULO 26	290
PRODUÇÃO TEXTUAL NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DOS DICIONÁRIOS DE SINÔNIMOS	
Laura Campos de Borba	
DOI 10.22533/at.ed.78119050626	
CAPÍTULO 27	305
PROJETO DE EXTENSÃO: LEARN ENGLISH	
Tamara Angélica Brudna da Rosa Victória Botelho Martins	
DOI 10.22533/at.ed.78119050627	
CAPÍTULO 28	310
RELAÇÕES DE PODER DECORRENTES DO DOMÍNIO DA NORMA CULTA: REFLEXÕES A PARTIR DE TEXTOS VIRTUAIS	
Caroline Melo Ana Amélia Furtado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050628	
CAPÍTULO 29	326
REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO INDÍGENA EM DOCUMENTO OFICIAL E SUA REPERCUSSÃO NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Icléia Caires Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050629	
CAPÍTULO 30	342
SAUSSURE E WITTGENSTEIN: SENTIDO E REFERÊNCIA NO INTERIOR LINGUAGEM LÓGICO-FORMAL	
Julio Neto dos Santos Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho Daniella Brito Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.78119050630	

CAPÍTULO 31	352
SÉRIE CONCERTOS DIDÁTICOS DA “CONFRARIA DE LA YERBA”	
Carla Eugenia Lopardo	
DOI 10.22533/at.ed.78119050631	
CAPÍTULO 32	361
SOFRIMENTO AMOROSO E FINITUDE DO AMOR NA CANÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE DE DUAS CANÇÕES	
Carlos Vinicius Veneziani dos Santos	
Gabriela Ramalho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.78119050632	
CAPÍTULO 33	376
SOUTH PARK E O ESTADO ISLÂMICO: A LINGUAGEM AUDIOVISUAL COMO FORMA DE DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA	
Lucas Mestrinheire Hungaro	
Roselene de Fátima Coito	
DOI 10.22533/at.ed.78119050633	
CAPÍTULO 34	384
TO SEE OR TO EAT? - A REFORMULAÇÃO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DO GÊNERO CARDÁPIO	
Camila Rangel de Almeida	
Esther Dutra Ferreira	
Joane Marieli Pereira Caetano	
Laís Teixeira Lima	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.78119050634	
CAPÍTULO 35	397
UM HERÓI EM FORMAÇÃO: O PASSAR DO TEMPO EM <i>O FAZEDOR DE VELHOS</i> , DE RODRIGO LACERDA	
Marcilene Moreira Donadoni	
José Batista de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.78119050635	
CAPÍTULO 36	413
UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA MULHER EM <i>RUA DO SIRIRI</i> , DE AMANDO FONTES	
Viviane da Silva Valença	
Alisson França Santos	
DOI 10.22533/at.ed.78119050636	
CAPÍTULO 37	422
UMA INVESTIGAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS VEICULADOS PELO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A OCUPAÇÃO DA MESA DO SENADO DURANTE A REFORMA TRABALHISTA EM 2017	
Camila Kayssa Targino Dutra	
Verônica Palmira Salme Aragão	
DOI 10.22533/at.ed.78119050637	

CAPÍTULO 38	437
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 2º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Mirely Christina Dimbarre	
DOI 10.22533/at.ed.78119050638	
CAPÍTULO 39	449
VÍNCULOS LINGUÍSTICO-CULTURAIS E IDENTITÁRIOS DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA	
Luciana Specht	
DOI 10.22533/at.ed.78119050639	
CAPÍTULO 40	459
LINGUÍSTICA ECOLÓGICA: A NATUREZA DO CONTEXTO EM UMA PRÁTICA DE MULTILETRAMENTOS	
Raquel Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.78119050640	
CAPÍTULO 41	468
ACULTURA CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
Joseane da Silva Miller Rodrigues	
Eliane Aparecida Galvão dos Santos	
Fernanda Figueira Marquezan	
DOI 10.22533/at.ed.78119050641	
CAPÍTULO 42	476
O CAMPO DA ARTE E SUAS RELAÇÕES COM A TECNOLOGIA: REALIDADE VIRTUAL	
Michelle Sales	
DOI 10.22533/at.ed.78119050642	
SOBRE O ORGANIZADOR	490

O SUJEITO SURDO NO ENSINO REGULAR: ANÁLISE DOS DISCURSOS DA LEI 10.436 E DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Maria Andreia Lopes da Silva

Acadêmica do 4º ano de Pedagogia na Instituição de Ensino ANAEC (Associação Nova Andradinense de Educação e Cultura) e orientanda da Profa. Me. Marilza Nunes de Araújo Nascimento.

Marilza Nunes de A. Nascimento

Profa. Mestre (doutoranda) em Letras pela UFMS/ CPTL (Universidade Federal De Mato Grosso do Sul-campus de Três Lagoas, docente das Instituições de Ensino ANAEC e UNIESP-Nova Andradina MS.nunesmaril@hotmail.com

Claudete Cameschi de Souza

Profa. Dra. Claudete Cameschi Souza, orientadora da tese de doutorado da doutoranda Marilza Nunes de A. Nascimento

RESUMO: Este artigo objetiva, por meio de uma análise comparativa, descritiva e discursiva, investigar os efeitos de sentidos dos discursos sobre a inclusão do sujeito surdo no ensino regular. Como *corpus* desse trabalho, temos os artigos 2º e 3º da lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e também discursos de profissionais da educação que trabalham com alunos surdos. A metodologia utilizada segue a Análise do Discurso de Linha Francesa em que os enunciados discursivos foram recortados e, por meio da materialidade linguística, interpretados os efeitos de sentido. Os teóricos lentes são Michel Foucault para abordar sobre

poder e governamentalidade e Michel Pêcheux ao teorizar sujeito, discurso e condição de produção e outros teóricos que trabalham com a língua numa relação histórica, social e ideológica, a qual é responsável aos efeitos de sentidos discursivos que se emergem em diferentes contextos vividos pela humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, discurso, efeitos de sentido.

ABSTRACT: This article aims, through a comparative, descriptive and discursive analysis, to investigate the effects of the senses of the discourses on the inclusion of the deaf subject in regular education. As a corpus of this work, we have articles 2 and 3 of Law 10.436 of April 24, 2002, as well as speeches by professionals of education who work with deaf students. The methodology used follows the French Line Discourse Analysis in which the discursive statements were cut out and, through linguistic materiality, the meaning effects were interpreted. The lens theorists are Michel Foucault to approach on power and governmentality and Michel Pêcheux in the theorizing subject, discourse and condition of production and other theorists who work with the language in a historical, social and ideological relation, which is responsible to the effects of discursive senses that emerge in different contexts lived by humanity.

KEYWORDS: Inclusion, speech, sense of purpose.

INTRODUÇÃO

A busca pela inserção do sujeito surdo no ensino regular, por meio da educação inclusiva, encontrou na base social muitas dificuldades para sua realização e efetiva execução. A história nos mostra que os surdos foram maltratados e excluídos da sociedade, uma vez que ser diferente, aos olhos da sociedade, era ser incapaz. Discursos excludentes sobre o surdo ressoaram em diferentes contextos históricos, porém nas condições de produção do mundo contemporâneo, surge o discurso de inclusão pautado nas condições de igualdade.

Entendemos que como “apagamento” ao discurso de exclusão, irrompeu-se o discurso de inclusão, pois o contexto histórico atual, aparentemente, não permite atitudes excludentes, uma vez que não é “politicamente correta”, pois como assegura Orlandi (1992, p.75) ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. Neste caso, os sentidos são construídos historicamente numa dada condição de produção (Pêcheux, 1997).

Ainda para a autora (1992, p. 59), a memória é feita de esquecimentos, de silêncios e silenciamentos, um sentido é esquecido (ou apagado) para que um novo sentido se constitua ou se esquecem novos sentidos que já foram possíveis, “mas que foram estancados em um processo histórico-político silenciador”

No entanto, presumimos que mesmo o contexto histórico tentando silenciar o discurso de exclusão por meio do discurso de inclusão, aquele ainda permeia os meios sociais de forma velada, porém exacerbada, não fora estancado totalmente da/pela sociedade e isso, supomos, reflete no contexto escolar. A partir de Silvia Junior e Mascia (2009, p. 297-319) compreendemos que o apagamento das diferenças consiste em um desejo ou utopia que tem atravessado o discurso da Educação desde os primórdios. Assim, os embates entre as línguas orais e espaço-visuais são inerentes e constitutivos e que somente nesta situação limítrofe entre línguas é possível pensar as identidades dos sujeitos (surdos e ouvintes) no contexto contemporâneo no Brasil.

Nesse sentido, os discursos legais surgiram, a fim de assegurar a inclusão de sujeitos que sofreram estagnação social em algum momento da história. Porém, nosso questionamento parte da seguinte hipótese: A inclusão do sujeito surdo no ensino regular da educação básica está acontecendo efetivamente como propõe a lei? A materialidade linguística dos discursos analisados produz efeito de sentido de uma real inclusão promotora da equidade social e, conseqüentemente, da construção de conhecimento e a formação cidadã dos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem? Os discursos de inclusão propõem a língua de libras como necessária e emergencial no espaço escolar?

Para buscarmos respostas aos nossos questionamentos, esta pesquisa se pauta

na Análise do Discurso de Linha francesa por ser um campo do saber que trabalha com a linguagem marcada por ideologia, num momento histórico e social em que o sujeito se insere.

1 | SUJEITO, DISCURSO, IDEOLOGIA, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO ENTREMEADOS PELA GOVERNAMENTALIDADE E PODER

Para execução dessa pesquisa, trouxemos à luz das nossas reflexões os conceitos-chave da Análise do Discurso de Linha Francesa, sujeito, discurso, ideologia, condições de produção e efeitos de sentimento entremeados pela governamentalidade e poder. Essa escolha se deu pelo fato da teoria em questão não tratar da língua apenas pelo viés da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso que, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento (ORLANDI, 2005, p.31). Nesse sentido, o discurso significa, ressignifica, por isso é necessária uma articulação entre materialidade linguística ao contexto imediato e ao contexto mais amplo em que os interlocutores estão inseridos, desta forma os sujeitos são construídos pelas ideologias e pelo desejo inconsciente materializado na e pela linguagem.

Entendemos que o discurso de inclusão do sujeito surdo no ensino regular traz em sua materialidade linguística efeitos de sentido produzidos sob a égide de uma ideologia dominante que se cristalizou socialmente e opera na memória discursiva dos sujeitos, pois de acordo com a Análise do Discurso de linha francesa o sujeito é assujeitado por uma ideologia.

A partir disso, entendemos que no mundo contemporâneo, o Estado, opera um poder sobre o sujeito, pois como afirma Orlandi (1998) o sujeito-religioso da Idade Média tornou-se o sujeito-de-direito, próprio do capitalismo. Dessa forma, a linguística define a noção de assujeitamento ao afirmar que sociedade atual representa bem a contradição, ou seja, o sujeito ao mesmo tempo livre é submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites, mas uma submissão sem falhas.

Nesse sentido, esta pesquisa investiga se a liberdade de direito discursivizada e proposta ao sujeito surdo pela lei, liberta-o, conduz a autonomia ou simplesmente o assujeita a uma ideologia dominante imposta pelo Estado em forma de lei. Por outro lado, como a escola trabalha a inclusão, se esta emancipa o alunado, transformando-o num cidadão consciente de seus direitos e deveres, sendo ele um sujeito surdo ou não. E se os profissionais da educação são autônomos o suficiente para se autogovernarem e promover ao educando o autogoverno de si.

Pêcheux (1988, p.162) nos mostra o importante papel que a ideologia representa em diferentes contextos histórico, uma vez que é materializada no discurso, a qual produz interdição dos sentidos. Para isso, o teórico propõe o conceito de condições de produção (1998) ao mostrar que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores.

Esses sentidos vão se construindo historicamente a partir da constelação das relações de poder, que podem ser assumidos ou não pelo sujeito, a depender das posições discursivas que este poderá ou não ocupar em função do funcionamento da ideologia.

Já para Foucault (2006, p.26), o sujeito não é assujeitado e o poder não está ligado a uma coisa, a um objeto, mas a uma situação estratégica, ele é dificilmente localizável ou apropriado por alguém, seu funcionamento se dá em redes e transita entre os indivíduos enquanto seus intermediários, sem que estes sejam seu lugar de origem ou seu alvo privilegiado.

Assim, entendemos, que diferentemente de Pêuchex (1997), Foucault diz que os indivíduos exercem o poder e este se dá em rede, defendemos que o contexto escolar pode operar de forma emancipatória, construindo condições de equidade ao sujeito surdo, valorizando a diferença, oferecendo-lhe um ensino significativo, incluindo-o e não apenas inserido numa sala de aula como mero observador, mas promovê-lo para que tenha o governo de si, não de ser governado pelos outros ou pelo profissional intérprete que apenas traduz informações.

Buscaremos nesta pesquisa, enfatizar a governamentalidade como algo benéfico em que o sujeito precisar buscar formas de autogovernar-se, pois como diz Foucault (2006), os estudos de governamentalidade examinam também as relações entre as formas e as racionalidades de poder e os processos de subjetivação — formação de sujeitos/cidadãos governáveis — e subjetificação — formação da existência individual problematizando ou questionando determinados aspectos de quem pode governar, o que é governar, o que ou quem é governado e como isso é feito. É sob esse olhar que defendemos a inclusão do sujeito surdo no ensino regular, ou seja, um sujeito atuante não um simples observador apenas inserido no contexto escolar.

2 | UM PASSEIO PELA HISTÓRIA...

Para melhor entendermos sobre esse assunto, buscamos na história conhecimentos que para nossa pesquisa são relevantes. Assim, constatamos que na antiguidade os surdos não eram aceitos pelos seus familiares e nem pela sociedade, pois eram vistos como pessoas diferentes, incapazes de receber educação, assimilar e construir conhecimentos. Por isso, eram abandonados, maltratados e muitos deles sacrificados, sofriam perseguição apenas por serem considerados diferentes das outras pessoas. Entendiam que pelo fato de não falarem, não eram capazes de pensar, já que a fala era responsável pelo pensamento, sendo assim não eram considerados humanos.

As primeiras referências de pessoas surdas são encontradas no povo Hebreu¹, por meio da Lei Hebraica, na antiguidade. Naquela época, eles eram adorados como deuses, servindo de mediadores entre deuses e faraós do Egito. Já em outras regiões,

1. Informações obtidas no sítio: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/13441/a-historia-dos-surdos> acesso em 15/01/2016

eles eram lançados ao mar ou de penhascos, ou ainda, oferecidos em sacrifício aos ídolos (deuses). Os surdos eram tratados como seres inválidos condenados à morte.

Durante a Idade Média, os surdos foram tratados indignamente, pois existiam leis que os proibiam de exercer seus direitos de cidadão. Somente no final desse período a surdez passou a ser considerada uma deficiência auditiva.

Como a igreja católica tinha grande influência na sociedade daquela época, passou a se preocupar com os filhos surdos das famílias de maior poder aquisitivo, a fim de elas não se afastarem da igreja. Então, ensinou os surdos nobres para que pudessem participar dos ritos da igreja e as famílias desses sujeitos continuassem a ajudá-la financeiramente. Essas famílias nobres que tinham filhos surdos também passaram a se preocupar em educá-los, pois se os filhos não falassem (comunicar) não teriam direito a herança e sabendo se comunicar seriam reconhecidos pela sociedade.

Já na idade moderna, religiosos, médicos, educadores e filósofos passaram a se interessar pela educação dos surdos, em muitos lugares do mundo os surdos foram ensinados de diversas formas, com sinais, escritas e oralização. Surgiram, nessa época, algumas escolas para surdos e para professores que quisessem ensinar os surdos. Daí em diante os surdos tiveram mais acesso à educação.

METODOLOGIA

Por meio da Análise do Discurso de linha francesa (AD), foram investigados, analisados e interpretados os efeitos de sentido dos discursos de inclusão. Para isso, os *corpora* de análise são enunciados dos artigos 2º e 3º da lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, como também discursos de profissionais da educação que trabalham com alunos surdos. Os discursos desses profissionais foram colhidos por meio de questionário composto por 20 questões abertas e objetivas, as quais foram recortadas e selecionados aqueles relevantes ao propósito dessa investigação. Na última seleção do *corpus* optamos por apenas uma questão, pois partindo dela obtivemos enunciados que correspondiam a nossa investigação. Como assegura Orlandi (1999,p.63), o *corpus* é uma construção do analista, sua construção se dá por meio de montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise.

3 | ANÁLISES

Os discursos analisados são especificamente dos artigos 2º e 3º da lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências e de profissionais da educação que trabalham com alunos surdos. Os enunciados foram recortados e agrupados pela afinidade de sentido. Ressaltamos que os enunciados dos profissionais da educação surgiram a partir do questionamento:

Como a inclusão, ao seu entender, acontece ou deveria acontecer no contexto escolar? Foram entrevistados profissionais de escolas públicas da rede municipal e da rede estadual, porém por questão de ética os nomes das instituições de ensino e dos profissionais não foram revelados. Para melhor situar os discursos usamos as siglas. D1(Direto1), D2(Diretor2) C1(Coordenador Pedagógico1), C2(Coordenadora Pedagógico 2) C3(Coordenador Pedagógico 3)

a) *“Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. ”*

b) *“Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.*

c) *“Acredito que deveria ser com mais profissionais capacitados e com uma estrutura física adequada. No modelo de inclusão que temos hoje, não avança.”(D1)*

d) *“Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular, é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais da saúde que atendem as crianças com dificuldades Educacionais Especiais. As escolas precisam estar prontas para receber bem os estudantes inclusos, é necessário melhorar o espaço físico e mobilizar a comunidade escolar, capacitar professores, incentiva-los a aprender a língua de sinais etc.”(C1)*

e) *“Nos últimos anos as escolas já começaram a ter um entendimento melhor quanto à inclusão. ” (D2)*

f) *“Em nossa escola, temos dois surdos e duas intérpretes, a inclusão acontece de modo integrado tanto em sala de aula como no âmbito escolar. Como os alunos surdos já estão na escola há mais ou menos dois anos a interação é muito boa! Os alunos surdos e ouvintes interagem o tempo todo em sala de aula. Com alguns alunos, a interação acontece também em libras, pois alguns deles dominam a língua de sinais; porém, com os professores a interação acontece através da intérprete. ” (C2)*

Seguem as análises

Ao analisarmos os discursos legais(a e b), interpretamos na materialidade linguística o uso das locuções verbais deve ser garantido (art. 2º) e devem garantir (art.3º), os quais produzem efeito de sentido obrigação como também de incerteza, pois o verbo auxiliar dever, acompanhando o verbo principal garantir apresentado na forma nominal do particípio e infinitivo modaliza e atenua o sentido de obrigação atribuída aos sujeitos poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos. Nesse sentido, a lei deixa brechas discursivas para que uma obrigação, torne-se uma escolha do poder público de apoiar ou não a difusão de Línguas de Sinais-Libras, como também de garantir atendimento e tratamento adequado aos

portadores de deficiência auditiva. Em vez da locução verbal *devem garantir* (art.3º), deveria ser usado a locução verbal *têm de garantir* porque o efeito de sentido discursivo teria maior força argumentativa e atribuía ao poder público o que lhe é de sua e suma responsabilidade.

No fragmento enunciativo (art.2º) “... apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras...” O verbo *apoiar* reduz e tira a responsabilidade do poder público em relação ao oferecimento de Libras nos órgãos públicos, pois esse léxico, de acordo com o dicionário Houaiss (2006), possui significado de proteger, confiar, amparar, concordar, aprovar. Nesse sentido, a lei não assegura direito, apenas propõe direitos redimindo o Estado a cumprir com as obrigações sociais que lhes são cabíveis.

No enunciado C: “*Acredito que deveria ser com mais profissionais capacitados e com uma estrutura física adequada. No modelo de inclusão que temos hoje, não avança*”. Os léxicos destacados nos possibilitam interpretar que o sujeito discursivo diretor1 não tem certeza de como a inclusão efetivamente se realiza no contexto escolar. No entanto, seu discurso nos deixa transparecer que a inclusão não se realiza, pois nas entrelinhas do discurso, para ele o número de profissionais capacitados é ineficiente, como também a estrutura física da escola. Todo seu discurso produz efeito de sentido de um modelo de inclusão falido, ineficaz e ineficiente, estagnado.

Ainda, ao usar o futuro do pretérito na locução verbal “*acredito que deveria ser*”, o efeito de sentido do seu discurso leva-nos a interpretação que ele também não tem claramente o conhecimento e a certeza de como a inclusão precisa acontecer, pois o tempo verbal futuro do pretérito enuncia um fato que poderia ter ocorrido posteriormente a um determinado fato passado. Neste caso, segundo o sujeito do discurso, esse fato não aconteceu.

Esse efeito de sentido também é interpretado no enunciado D em que o sujeito Coordenador1 também alega a ineficiência do Estado ao que se refere a inclusão ao discursivista: “*Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular, é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio(...)*”.

Ao usar a locução adjetiva *de verdade*, há na exterioridade do discurso o efeito de sentido de que a inclusão da forma como está é uma mentira, é fraudulenta, não garante a aprendizagem dos alunos. O pronome indefinido *todos* leva-nos a interpretar que o ensino regular não atende as necessidades de aprendizagem não somente dos alunos inclusos, mas dos não inclusos também. Essa ineficiência do ensino, segundo o sujeito coordenador, deve-se ao não fortalecimento da formação profissional e a falta de rede de apoio da comunidade escolar.

O discurso do sujeito C1 e D1 se dialogam ao dizerem que a parte física da escola não são estruturadas suficientemente para receber alunos incluso. Interpretamos que ambos os sujeitos responsabilizam o Estado por omissão. Podemos apreender esse efeito de sentido nos fragmentos enunciativos: (D1) “*com estrutura física adequada...*” e (C1) “*...é necessário melhorar o espaço físico...*”

Ao dizer em (d) “é necessário(...), capacitar professores, *incentivá-los a aprender a língua de sinais...*”. O sujeito coordenador (C1), mais uma vez alega a negligência do Estado ao cumprimento da lei, pois o artigo 2º diz que este deve garantir formas institucionalizadas de *apoiar* o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação(...). Há nos discursos legais o efeito de sentido de possibilidade de garantir a difusão da Libras, bem com a inclusão efetiva, porém o discurso dos sujeitos da educação desconstrói esse sentido, alegam omissão do poder público.

No enunciado (e) o sujeito diretor D2 enuncia “ *Nos últimos* anos as escolas *já* começaram a ter entendimento melhor quanto a inclusão...” Neste fragmento analisamos o uso dos advérbios de tempo em destaque. Estes produzem efeito de sentido de que no contexto escolar, de forma geral, iniciou o entendimento sobre o que é inclusão, porém não há um determinante de quando essa prática iniciou. No entanto, o uso do léxico *melhor* leva-nos à interpretação de que o entendimento de como é a inclusão não é apreendido totalmente pelos educadores, deixa-nos dúvidas de como os profissionais da educação veem a inclusão e atuam no cotidiano escolar.

Em (f): “Em nossa escola, temos dois surdos e duas intérpretes, *a inclusão acontece de modo integrado* tanto em sala de aula como no âmbito escolar... Como os alunos surdos já estão na escola há mais ou menos dois *anos a interação é muito boa!* *Os alunos surdos e ouvintes interagem o tempo todo em sala de aula.* Com *alguns alunos, a interação acontece também em libras*, pois alguns deles dominam a língua de sinais; *porém*, com os professores a interação acontece através da intérprete. (C2)

Nesse enunciado é possível perceber equívocos linguísticos, ao mesmo tempo que o sujeito coordenador2 afirma que a inclusão acontece dentro e fora da sala de aula e, isso se deve pelo o tempo que os alunos surdos estão naquele ambiente, ela se contradiz ao usar o pronome *alguns* ao se referir ao uso da língua de sinais. Entendemos que a inclusão de surdos só se realiza totalmente se todos dominarem Libras, uma vez que o intérprete ao traduzir informações as passa a partir de suas crenças, formações discursivas, ideologias etc.

A conjunção adversativa, *porém*, reforça o efeito sentido de que a inclusão não é realizada ali naquele ambiente escolar e que a língua de sinais, conforme reza o art.2º da lei 10.436, não é difundida e aplicada a todos. Sendo assim, não é dominada por todos que fazem parte do cotidiano dessa escola.

Para isso, Orlandi (1999) nos explica que somos resultados de uma ideologia e esta se materializa na linguagem. Neste caso, o profissional da educação afirma que ali a inclusão acontece por ser esse o discurso institucionalizado pelo contexto atual, contudo as falhas da língua negam esse efeito de sentido. Orlandi (1999) afirma que o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco, que se dá no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trazendo a teoria da Análise do Discurso Francesa à nossa prática investigativa, entendemos que o Estado opera com o discurso de inclusão e para isso, criou leis para que a ela acontecesse no contexto escolar. Assim, ao descrever e analisar *os corpora* selecionados, interpretamos que a efetiva inclusão não se realiza nos ambientes investigados, ora porque o Estado não assume sua responsabilidade, ora porque os profissionais da educação não têm clareza de como deve acontecer a inclusão. Isso faz que alguns discursos emergem e em sua exterioridade produzam efeitos de sentidos que não correspondam com o pretendido pelo sujeito que o discursivisa.

Ao nos pautar em alguns conceitos básicos da teoria utilizada, analisamos que o sujeito profissional da educação é clivado por uma ideologia que se perpetua historicamente, ou seja, o sujeito surdo ainda é deixado de lado, não está incluso socialmente, porém essa exclusão é velada. Não responsabilizamos aqui o sujeito educador, mas interpretamos que estão bem alheios de como a inclusão do sujeito surdo deve acontecer no ensino regular.

Em relação ao Estado, trazemos à luz de nossas reflexões o conceito de governamentalidade defendido por Foucault (2006) que diz que a soberania do Estado foi substituída pelo poder disciplinar. Entendemos que isso ocorre por meio dos discursos das leis. No entanto, interpretamos, que em relação a inclusão do sujeito surdo no ensino regular, esse poder de Estado não acontece, é negligente. Por outro lado, sabemos, ainda de acordo com o teórico, que o poder se dá em rede, ele é benéfico e se a sociedade não se assujeitasse a um poder dominador, transformações sociais ocorreriam.

Vimos também que o discurso legal de inclusão apenas a propõe, uma vez que na materialidade linguística desse discurso o efeito de sentido é de incerteza, possibilidades, apontamentos e não uma obrigação do estado.

Concluimos, portanto, que mudanças precisam acontecer urgentemente, simplesmente discursivisar sobre a inclusão não é a solução, é preciso fazê-la realmente acontecer. As condições de produção que emergem tais discursos declaram a inclusão do sujeito surdo como essencial, necessária e que está implantada no Brasil de forma eficiente e eficaz, mas nossa pesquisa aponta que não é isso que acontece *in locus*.

Pautados em Orlandi (2004, p.31) reafirmamos que a língua está relacionada intrinsecamente à história e ideologia e o sujeito fala pela posição que ocupa, porém, seu discurso é sempre um já dito e por isso vem ao mundo marcado por crenças, intenções e subjetividades, deixando “escapar” aquilo que tentamos camuflar ou apagar. Sendo assim, interpretamos que exclusão do sujeito surdo ainda é muito forte na sociedade moderna e não sendo diferente nos contextos escolares.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: _____. *Estratégia, poder-saber: ditos e escritos*, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.

_____. *A ordem do discurso*. (1971) Tradução de Sírio Possenti. Ijuí: Fidene, 1973.

ORLANDI, ENI P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez e editora da Unicamp, 1988.

_____. *As formas do silêncio: no movimento de sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *As formas do silêncio: no movimento de sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de E. P. Orlandi *et alii*. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* Campinas: Pontes. 1990.

_____. *Ler o arquivo hoje* In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de Leitura: da História para o Discurso*. Tradução de Bethania, S. C. Mariani. 2ª edição. Campinas /UNICAMP, 1997. p.55-66.

_____. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997. p. 61-105.

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/13441/a-historia-dos-surdos>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-378-1



9 788572 473781